



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL

## PREGÃO ELETRÔNICO N. 90011/2026

(PROC. nº. 0001342-14.2026.4.01.8005)

### AMPLA CONCORRÊNCIA

### MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

A Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria SECAD nº 81/2024, de 17 de Dezembro de 2024, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e demais legislação aplicável, bem como às condições e exigências deste Edital e seus anexos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão Pública de Pregão Eletrônico:

**DIA: 26 de MAIO de 2026.**

**HORÁRIO: 14h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).**

**Código UASG: 090023**

#### 1. DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente Pregão Eletrônico consiste na prestação de serviço telefônico móvel pessoal - SMP ou serviço telefônico móvel celular - SMC, nas modalidades local e longa distância nacional com pacotes de dados; e fornecimento de modems-USB e chip (SIMCard) para computadores para atendimento à demanda da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 – A licitação será realizada **por grupo**, conforme planilha constante no ANEXO I - Termo de Referência deste edital, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 – O critério de julgamento adotado será **o menor preço anual**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 – É expressamente vedado à CONTRATADA subcontratar, transferir ou ceder a terceiros as obrigações resultantes da execução deste contrato, conforme § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de incursão nas sanções previstas no art. 155 da referida Lei.

1.5 – Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Sistema de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2. DOS ANEXOS**

2.1 - São partes integrantes deste Edital:

2.1.1 – ANEXO I – Termo de Referência;

2.1.2 – ANEXO II – Modelo de Proposta;

2.1.3 – ANEXO III – Minuta do Contrato

## **3. DO VALOR MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – O valor total máximo para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 88.518,36 (oitenta e oito mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e seis centavos)**.

3.2 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade (UG): 00001/090023

Programa de Trabalho: PTRES 168312 - Julgamento de Causas na Justiça Federal

Elemento de Despesa: **33.90.40 - Serviços de Tecnologia da informação e comunicação**

## **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.3 – A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou desta Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 – Não poderão participar desta licitação:

4.4.1 – Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive

nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.4.2 – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3 – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4 – sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.5 – empresas que se encontrem em processo de dissolução ou liquidação, falência, fusão, cisão ou incorporação;

4.4.6 – sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, Ação Civil Pública n. 01082-2002-020-10-00-0.

4.4.7 – Empresários controladores, controlados ou coligados, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.8 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.9 – sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.4.10 – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da SJDF ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.11 – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 – Aplica-se o disposto no subitem 4.4.1 também ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada,

inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

4.7 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9 – Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste Edital.

4.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição acima elencada sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

## 5. DA VISTORIA

5.1. – Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria para o objeto desta licitação.

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – A licitante cadastrará sua proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

6.1.1 – A licitante poderá retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço anual por item, expresso com apenas duas casas decimais após a vírgula, em moeda corrente nacional** já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.2.1 – A licitante deverá respeitar os preços unitários máximos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I.

6.3 – A proposta deverá ser apresentada conforme **Modelo de Proposta – ANEXO II** deste Edital., contendo: descrição **completa** do objeto ofertado, marca/modelo, quantidade, preço unitário e total, dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho ou contrato), dados bancários, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela elaboração da proposta.

6.3.1 – As propostas deverão indicar, a **marca/modelo** do material e/ou produto a ser fornecido, que deverão ser os mesmos informados na proposta registrada no Portal de Compras do Governo Federal, obedecidas as especificações contidas neste edital e seus anexos.

6.3.2 – Serão desclassificadas as licitantes que não indicarem marca/modelo ou mencionarem mais de uma marca/modelo no **Portal de Compras do Governo Federal** para o(s) item(ns).

6.3.3 – Não serão aceitas marcas opcionais, indefinidas, alternativas ou similares. A empresa licitante somente poderá cotar produtos de uma única marca e modelo.

6.3.4 – A mera apresentação de proposta comercial com um descritivo de características, ainda que estas correspondam ao exigido no Termo de Referência, não cumpre com o disposto no subitem 6.4, podendo ser comprovadas por meio de folder, site do fabricante, manual, fotos, entre outros.

6.3.5 – A indicação da marca, modelo, referência, fabricante, importador e outros elementos são indispensáveis à precisa caracterização do objeto ofertado, tais como: especificação correta de quantidade, características e composição fornecidas pelo fabricante ou pelo importador, **em português**, nos termos dos artigos 6º, III, 8º, § 1º, 12 e 31 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, atualizada.

6.4 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da sessão pública estabelecida neste edital.

6.5 – A licitante no momento do cadastro da proposta eletrônica, também registrará em campo próprio, as declarações de cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, de elaboração independente de proposta, de obrigarse a comunicar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo e de que a empresa não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), entre outras previstas pelo sistema, as quais somente serão visualizadas pelo Pregoeiro, após a fase de lances.

6.6 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 – A participação no certame e a apresentação da proposta implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores, que encerrem a pretensão de alterar o valor total ofertado.

**6.8.1 – Como condição de participação do grupo, a licitante deverá, obrigatoriamente, cotar todos os seus itens.**

**6.8.2 – A desclassificação de um único item do grupo implicará na desclassificação da proposta para todo o grupo**

6.9 – Não serão aceitas propostas com quantidades inferiores às constantes no Termo de Referência - ANEXO I.

## 7. DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as empresas licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.2.1 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## 8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 – Iniciada a fase competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, pelo **preço anual por item, com apenas 2 (duas) casas decimais, após a vírgula, em moeda corrente nacional**, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2 – A licitante somente poderá oferecer um valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

8.2.1 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

8.2.2 – A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 – Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, por item. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.5 – Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa aberto e fechado**, na forma do disposto no art. 24 da IN SEGES nº 73/2022, em que as empresas licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.5.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.5.2 – Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 % (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5.3 – No procedimento de que trata o subitem anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.5.4 – Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.5.5 – Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.6 – Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

8.7 – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer operante e acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridos 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou após negociação e decisão do Pregoeiro.

8.9 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.9.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.9.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.9.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

8.9.4 - declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

8.10 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.10.1 - empresas brasileiras;

8.10.2 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.10.3 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.11- Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará a compatibilidade de preço ofertado pela licitante classificada em primeiro lugar com o valor máximo estimado para a contratação.

9.2 – O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.3 – Não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da primeira colocada, o Pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta a licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável.

9.4 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## 10. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – No julgamento das propostas o Pregoeiro levará em conta, no interesse da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, o **critério do menor preço anual do item** e as condições estabelecidas neste Edital.

10.2 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado para contratação, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.3 – O pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada que, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.3.1 – É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

10.4 – Poderão ser solicitados pelo pregoeiro durante a sessão pública ou por meio de diligências, a fim de viabilizar a verificação de suas características em relação às exigências do Termo de Referência, o envio de fôlderes, prospectos, catálogos, encartes dos materiais, manuais ou indicação do site do fabricante, desde que possuam imagens nítidas e descrições técnicas detalhadas do produto ofertado a fim de subsidiar a análise pelo Pregoeiro e/ou pela Unidade Técnica.

10.4.1 – Os documentos quando solicitados deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preços definitiva, por meio do Sistema, no prazo estabelecido neste Edital, contados da solicitação no sistema eletrônico.



10.5 – O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Justiça Federal do Distrito Federal, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.6 – Serão desclassificadas as propostas com vícios insanáveis, que não obedeçam às especificações técnicas deste Edital, que apresentem preços inexequíveis ou permaneçam acima do preço máximo estimado para a contratação, não corrijam ou não justifiquem as falhas apontadas pelo Pregoeiro.

10.7 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.8 – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.9 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme Art. 34 da IN SEGES 73/2022.

10.9.1 – Serão desclassificadas as propostas que não tiverem **sua exequibilidade** demonstrada, quando exigido pelo pregoeiro por meio de diligência, conforme Parágrafo único do Art. 34 da IN SEGES 73/2022.

10.9.2 – Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.10 – A licitante que **abandonar o certame**, deixando de enviar a documentação complementar solicitada no edital ou, eventualmente, pelo Pregoeiro, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital**.

10.11 – Também não serão admitidas propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

## 11. DA AMOSTRA

11.1 – Não se exigirá amostra para o objeto desta licitação.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 - SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao disposto no art. 14º, da Lei n.º 14.133/2021;

12.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> - § 4º do art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2 – As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.2.1 – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.2.2 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.2.3 – A licitante será convocada para manifestação previamente à sua inabilitação.

12.3 – Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação da licitante vencedora será verificada mediante consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.3.1 – Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, caso não estejam contemplados no SICAF, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo Pregoeiro.

12.3.2 – Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, em arquivo único, no **prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada** pelo Pregoeiro.

12.3.3 – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 39, §6º, da In SEGES nº 73/2022.

12.4 – Para fins de **qualificação técnico-operacional** deverão ser apresentados:

12.4.1. Apresentar LICENÇA, CERTIFICADO, DECLARAÇÃO, EXTRATO(S) DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO ou documento(s) equivalente(s) na forma da lei, fornecido pela ANATEL, dentro do prazo de validade, atestando que a CONTRATADA está autorizada a prestar serviços objeto deste certame (o extrato da autorização publicado no Diário Oficial da União);

12.5 – Considera-se compatível com o objeto deste certame a apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 30% do total a ser contratado;

12.6 – A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade de cada Atestado de Capacidade Técnica solicitado neste Edital, e apresentar, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do(s) contratos(s) a ele(s) pertinente(s), além de fornecer o(s) endereço(s) atual(ais) do(s) contratante(s) e o(s) local(is) em que foram prestados os serviços;

12.7 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.8 – Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.9 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

**12.10 – Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:**

12.10.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.10.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.10.3 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.11 – Para os efeitos deste Pregão, a licitante será declarada vencedora após a fase de habilitação e antes da etapa recursal.

12.12 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12.1 – A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando da apresentação da proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

12.13 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.14 – A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.14.1 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

### **13. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

13.1 – Atendendo aos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo.

13.1.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

13.2 – Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

13.2.1 – a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de consumo mais bem classificada será convocada para, querendo, apresentar novo lance com preço inferior ao menor lance até então apresentado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

13.2.2 – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativa de consumo na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 13.1.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

13.2.3 – na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem 13.1.1, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

### **14. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

14.1 – O tratamento de dados pessoais decorrente deste edital enquadra-se nas hipóteses dispostas nos incisos III e V do art. 7º da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

### **15. DO CÓDIGO DE CONDUTA**

15.1 – As partes comprometem-se a observar o Código de Conduta, instituído pela Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, bem como a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, instituída pela Resolução nº 351/2020 – CNJ.

### **16. DOS RECURSOS**

16.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

16.2 – Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo

próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.2.1 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.2.2 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

16.3 – O recurso interposto e admitido terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

16.4 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

16.5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 – Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará este procedimento de licitação e determinará a contratação.

16.7 – Os autos do processo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

17.1 – A adjudicação do objeto desta licitação será realizada por **grupo**.

17.2 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

## **18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

18.1 – O prazo de vigência desta contratação é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura eletrônica do contrato, observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 – Código Civil Brasileiro, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições iniciais e os preços continuem vantajosos para a Administração.

## **19. DAS CONDIÇÕES INICIAIS DE CONTRATAÇÃO**

19.1 – A contratação do objeto da presente licitação será efetuada mediante instrumento próprio, conforme preceitua o art. 91 e 92 da Lei nº 14.133, de 2021, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, independentemente de transcrição, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste Edital, com previsão de adaptação às normas vigentes.

19.2 – Previamente à assinatura do contrato, a Administração realizará consulta “*on line*” ao SICAF, para verificação da regularidade da adjudicatária. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.2.1 – Em consonância com a Lei 14.973/2024, previamente à assinatura do contrato, a Administração realizará consulta “*on line*” ao CADIN (Cadastro Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados) para verificação da regularidade da adjudicatária. Na hipótese de irregularidade do registro CADIN, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de **proibição para celebração de contrato** com a Administração Pública Federal (“Art. 6º-A. da Lei n.º 10.522/2002, incluído pela Lei nº 14.973/2024).

19.3 – A empresa vencedora será convocada para assinar eletronicamente o contrato, conforme **ANEXO III - Minuta do Contrato**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, podendo este ser prorrogado, a pedido da adjudicatária, em conformidade com o art. 90, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021. Em não o fazendo, aplicar-se-ão as disposições contidas no art. 90, § 5º da mesma lei.

19.3.1 – A Administração comunicará, via *email*, a necessidade de assinatura do contrato, momento em que expedirá instruções necessárias para eventual cadastramento.

19.3.2 – A assinatura do contrato se dará mediante *login* e senha fornecidos pelo Tribunal Regional Federal 1ª Região, após o devido cadastro da licitante no Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

19.4 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente, será convocada outra licitante, na ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais cabíveis.

19.5 – A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

19.6 – As obrigações da Contratada, da Contratante e demais condições contratuais estão estabelecidas na Minuta de Contrato – **ANEXO III** deste Edital.

## **20. DA EXECUÇÃO**

20.1 – A Execução do contrato reger-se-á pelo Capítulo VI, VII e VIII (arts 115 ao 139) da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 – Caso a Contratada não consiga cumprir os prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

20.3 – A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

20.4 – O pedido de prorrogação intempestivo ou não justificado na forma disposta neste edital será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

## **21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 – A licitante ou a Contratada serão responsabilizadas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes infrações administrativas:

21.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 – A administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1 – advertência, aplicada como instrumento de correção de conduta acessória, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.2 – multa;

21.2.3 – impedimento de licitar e contratar;

21.2.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

21.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1 – o direito ao contraditório e à ampla defesa;

21.3.2 – os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;

21.3.3 – as causas excludentes de culpabilidade;

21.3.4 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.3.5 – as peculiaridades do caso concreto;

21.3.6 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.7 – os danos que dela provierem para a Administração; .

21.3.8 – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e as diretrizes da Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021;

21.3.9 - o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

21.4 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.5 – As penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021 e são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

21.6 – A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

21.7 – Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

21.8 - Assinado o termo de contrato – ANEXO III deste edital, prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

## **22. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

22.1 – Observada a antecedência mínima **de até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, até às 19h do prazo legal - horário de expediente desta Seção Judiciária - mediante termo dirigido ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, para os *e-mails* [selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).



22.1.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [selic.df@trfl.jus.br](mailto:selic.df@trfl.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).

22.3 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão divulgadas no sistema eletrônico oficial para os interessados, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** contados da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 – As obrigações da Contratada e da Contratante, condições de pagamento e as sanções por descumprimento às obrigações contratuais estão estabelecidas na Minuta do Contrato ANEXO III deste Edital.

23.1.1 – A licitante vencedora tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.

23.2 – As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela Autoridade Competente da Justiça Federal do Distrito Federal.

23.3 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.4 – O mero desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sem prejuízo dos princípios basilares da Administração Pública.

23.5 – Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na *homepage* desta Justiça Federal do Distrito Federal (<https://sistemas.trfl.jus.br/licitacoes/>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP - ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)), devendo as licitantes acessá-las para ciência.

23.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na SJDF e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

23.7 – A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

23.8 – No caso de problemas que dificultem ou impossibilitem a remessa de qualquer documentação, via Sistema de Compras do Governo Federal, após autorização expressa do

Pregoeiro, poderá a empresa encaminhar para o e-mail da SELIC ([selic.df@trfl.jus.br](mailto:selic.df@trfl.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com)).

23.8.1 – Para o deferimento do pleito pelo Pregoeiro, a empresa deverá solicitar e justificar o motivo de não poder postar a documentação via Sistema de Compras do Governo Federal.

23.9 – É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.10 – Não serão considerados novos os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

23.11 – Após encerramento da sessão pública, toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (ata, contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

23.11.1 – É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

23.11.2 - Em caso de inobservância do previsto no subitem anterior, a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

23.12 – A presente licitação, no interesse do serviço público, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre com despacho fundamentado, conforme disposto no artigo 71 da Lei 14.133/2021.

23.13 – Aplica-se, subsidiariamente, à presente licitação, a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, a Instrução Normativa Seges/ME n.º 73/2022 e a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

23.14 – Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pelo Pregoeiro ou autoridade competente, com base na legislação vigente.

23.15 – Mais esclarecimentos quanto ao procedimento licitatório poderão ser obtidos pelos telefones (0xx61) 3221-6403 / 3221-6404 / 3221-6405/ 3221-6406, ou no endereço SAUS, Quadra 2, Bloco G, anexo, CEP: 70.070-933, no horário de 14h às 18h.

Brasília/DF, 12 de MAIO de 2026.

**Marcela Heleonora Horta Assumpção Gouveia**  
**Pregoeira**  
**JFDF**

**ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. Prestação de serviço telefônico móvel pessoal - SMP ou serviço telefônico móvel celular - SMC, nas modalidades local e longa distância nacional com pacotes de dados; e fornecimento de modems-USB e chip (SIMCard) para computadores para atendimento à demanda da Seção Judiciária do Distrito Federal.

1.2. As especificações e as quantidades da contratação estão estabelecidas neste Termo de Referência e foram definidas com ênfase na busca pelo equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

**2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

2.1. ITEM 1 - Habilitação de 135 (cento e trinta e cinco) linhas telefônicas móveis, sendo 72 linhas para servidores e 63 linhas para magistrados, a serem utilizados conforme interesse da Administração, com fornecimento de chip (SIMCard) sendo:

2.1.1. A prestação de serviços de dados - padrão 4G ou superior, com alcance nacional - deverá ter franquia mínima de 40Gb.

2.1.2. O serviço abrange o fornecimento de 135 (cento e trinta e cinco) linhas de dados de rede móvel 4G ou superior, para acesso à internet, com a possibilidade de ativação e uso de roaming internacional.

2.1.3. Os acessos de dados deverão ser habilitados com pacotes de serviços de dados 4G ou superior, com configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet velocidade de, no mínimo, (cinco) Mbps, sendo que os chips de dados deverão ser configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet.

2.1.4. A velocidade mínima citada no item anterior deverá estar de acordo com os padrões definidos pela ANATEL.

2.1.5. Somente poderá haver redução na velocidade contratada, dentro dos limites legais, caso o total de dados trafegados no mês de referência por linha de dados, ultrapasse 40 GB (quarenta gigabytes).

2.1.6. A redução na velocidade de acesso à internet somente poderá ser aplicada nas linhas que excederem o limite indicado anteriormente.

2.1.7. A velocidade de acesso à internet deverá ser restabelecida automaticamente para o valor contratado no primeiro dia do próximo ciclo de faturamento.

2.1.8. Os chips de dados deverão ser fornecidos com adaptadores que permitam a conversão livre entre os formatos "SIM Card Padrão", ""Micro-SIM Card"" e ""Nano-SIM Card", sem necessidade de intervenção da CONTRATADA.

Os chips deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

- 2.1.9. Permitir tráfego de dados;
- 2.1.10. Deverão ser homologados pela ANATEL;
- 2.1.11. A cobertura da rede de dados, 4G ou superior, deverá acontecer de acordo com o cronograma de implantação, estabelecido pela Anatel;
- 2.1.12. Nas localidades que não possuírem cobertura da rede 4G ou superior, o acesso deverá ser fornecido por meio da rede 3G;
- 2.1.13. Trata-se da habilitação de 135 (cento e trinta e cinco) linhas telefônicas móveis, com fornecimento de chip (SIMCard), não devendo ser incluídos os aparelhos telefônicos celulares.
- 2.2. ITEM 2 - Fornecimento e habilitação de 7 (sete) modems-USB do tipo 4G com fornecimento de SIMCard com pacote de dados –, com acesso à internet.
- 2.2.1. A prestação de serviços de dados - padrão 4G com alcance nacional - deverá ter franquia mínima de 40Gb.
- 2.2.2. O serviço abrange o fornecimento de 7 (sete) linhas de dados de rede móvel 4G ou superior, para acesso à internet, com a possibilidade de ativação e uso de roaming internacional.
- 2.2.3. Os acessos de dados deverão ser habilitados com pacotes de serviços de dados 4G ou superior, com configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet velocidade de, no mínimo, (cinco) Mbps, sendo que os Modems e os chips de dados deverão ser configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet.
- 2.2.4. A velocidade mínima citada no item anterior deverá estar de acordo com os padrões definidos pela ANATEL.
- 2.2.5. Somente poderá haver redução na velocidade contratada, dentro dos limites legais, caso o total de dados trafegados no mês de referência por linha de dados, ultrapasse 40 GB (quarenta gigabytes).
- 2.2.6. A redução na velocidade de acesso à internet somente poderá ser aplicada nas linhas que excederem o limite indicado anteriormente.
- 2.2.7. A velocidade de acesso à internet deverá ser restabelecida automaticamente para o valor contratado no primeiro dia do próximo ciclo de faturamento.
- 2.2.8. Para a prestação dos serviços de comunicação de dados via Rede Móvel Digital deverá ser fornecido um modem de dados USB para cada linha de dados, que serão instalados em computadores portáteis ou outros equipamentos fornecidos, e correspondentes quantidades de chips de dados.
- 2.2.9. Os chips de dados deverão ser fornecidos com adaptadores que permitam a conversão livre entre os formatos "SIM Card Padrão", ""Micro-SIM Card"" e ""Nano-SIM Card", sem necessidade de intervenção da CONTRATADA.
- Os modems deverão atender, no mínimo, às seguintes características:
- 2.2.10. Permitir tráfego de dados;
- 2.2.11. Antena embutida;

2.2.12. Deverão ser fornecidos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos modems, incluindo software de instalação e manual do usuário;

2.2.13. Deverão ser homologados pela ANATEL;

2.2.14. Compatibilidade com sistemas operacionais Windows, Linux e MacOS;

2.2.15. A cobertura da rede de dados, 4G ou superior, deverá acontecer de acordo com o cronograma de implantação, estabelecido pela Anatel;

2.2.16. Nas localidades que não possuírem cobertura da rede 4G ou superior, o acesso deverá ser fornecido por meio da rede 3G;

2.2.17. Trata-se da habilitação de 7 linhas telefônicas móveis, com fornecimento de chip (SIMCard), incluindo modem em comodato, não devendo ser incluídos os aparelhos telefônicos celulares;

2.2.18. Os dispositivos de comunicação de dados do tipo modems do tipo 4G deverão ser fornecidos em regime de comodato durante a vigência do contrato.

### 2.3. DAS DEFINIÇÕES

2.3.1. VC1 móvel-fixo: para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.

2.3.2. VC1 móvel-móvel: para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas entre assinantes do serviço de telefonia móvel.

2.3.3. VC2 móvel-fixo: para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.

2.3.4. VC2 móvel-móvel: para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas entre assinantes do serviço de telefonia móvel.

2.3.5. VC3 móvel-fixo: para chamadas terminadas fora da área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.

2.3.6. VC3 móvel-móvel: para chamadas terminadas fora da área de mobilidade do assinante. Chamadas entre assinantes do serviço de telefonia móvel.

2.3.7. Assinatura por linha: valor fixo mensal mínimo devido pelos usuários por ter ao seu dispor o Serviço Móvel Pessoal, no qual estará incluída a utilização em ligações, SMS e MMS, tarifando os valores excedentes.

2.3.8. Móvel-Fixo em Roaming = Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de chamada fora de sua Área de Mobilidade, destinada a código de acesso do STFC, associado à área geográfica interna à Área de Registro de origem da chamada.

2.3.9. Móvel-Móvel em Roaming = Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de chamada fora de sua Área de Mobilidade, destinada a usuário do SMP ou SME, que habilitou sua estação móvel na Área de Registro de origem da chamada.

2.3.10. SMS = Valor fixo cobrado quanto ao envio de mensagem de texto destinado a usuário do SMP.

2.3.11. Transmissão de Dados (em megabyte - Mb). Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pelo tráfego de dados que permitem a conexão à internet.

2.3.12. Gestão de controle sobre linhas: sistema que permita ao usuário definir critérios e/ou bloquear ligações originadas das linhas celulares pessoais para longa distância.

2.4. O(s) item(ns) de consumo objeto deste Termo de Referência a ser(em) adquirido(s) não se enquadra(m) como sendo de bem(ns) de luxo e deverá(ão) suprir em qualidade e quantidade à demanda estrutural da Administração da SJDF, para a qual se destina(m).

2.5. O serviço desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.6. O serviço pretendido está perfeitamente alinhado com os macrodesafios de aperfeiçoamento da gestão de custos e da melhoria da infraestrutura estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, normatizado pela Resolução CJF nº 325/2020.

2.7. A aquisição ora pretendida está prevista no PAC 2026, com Id. **SJDF\_NUASG\_0019\_2026**.

### **3. DA JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

3.1. Atualmente o uso de smartphones e notebooks com acesso à internet por intermédio de contratação com operadoras tem crescido consideravelmente na Seccional, e existem várias razões para o aumento dessa demanda. Preliminarmente podemos mencionar a facilidade que estes dispositivos trazem aos seus usuários, pois podem acessar todos os sistemas desta Seção Judiciária, cujos programas se encontram situados em sítios eletrônicos, como podemos citar o caso do SEI (sítio que abriga todos os processos administrativos da Seccional em formato digital). Nesse sentido, a exemplo da facilidade oferecida por esta ferramenta, qualquer servidor que se encontre em outra unidade da federação, ou mesmo fora do país, dependendo da necessidade, poderá assinar um documento SEI através de um telefone celular ou notebook com acesso à internet fornecido pela SJDF para esta finalidade, com a mesma comodidade e conforto, como se estivesse trabalhando presencialmente.

3.2. Destaca-se que devido à completa digitalização do acervo dos processos judiciais desta Seção Judiciária, muitos atos processuais estão sendo realizados de forma remota, como é o caso de certas audiências, que ocorrem por videoconferência, que também podem acontecer por meio das tecnologias que se pretende adquirir.

3.3. Existem outros aplicativos, programas e sites que são utilizados hoje por magistrados, servidores e colaboradores, os quais tem importante papel na participação destes em treinamentos, conversas, reuniões, debates e troca de mensagens de caráter laboral, dentre os quais podemos citar o Teams, Outlook, WhatsApp e Youtube, cabendo frisar que todas estas ferramentas facilitadoras são passíveis de uso por celulares e computadores. O telefone celular usado mesmo que para simples ligações, já é de grande valia para acelerar decisões e reduzir esforços e gastos com locomoções desnecessárias.

3.4. Com a ampla concessão do teletrabalho ao corpo funcional da SJDF, impulsionado prioritariamente pela pandemia da Covid-19, hoje alcançando o patamar de 75% dos que estão lotados na Seccional, e considerando que nesta modalidade laboral as pessoas estão em seus

lares, as vantagens que os serviços da presente contratação trazem aos seus usuários, conforme demonstrado acima, são de extrema importância para o desenvolvimento de suas atividades.

3.5. Em síntese, a presente aquisição tem como objetivo oferecer a magistrados, servidores e colaboradores da Seccional os benefícios e facilidades proporcionados pela tecnologia moderna, assegurando acesso à internet por meio desses dispositivos. A medida contribui para a redução de custos, a agilização de atos processuais e demais atividades administrativas, além de elevar a produtividade e garantir maior eficiência na prestação jurisdicional.

3.6. O investimento em qualidade no espaço organizacional envolve custos mínimos se comparados à falta desse recurso. Equipes satisfeitas tornam-se mais produtivas, estão menos propensas a erros, atuam com baixo nível de estresse e menor envolvimento em conflitos.

3.7. Devido ao tempo de aquisição do serviço, haverá o fim da concessão de linhas e dados móveis caso não haja a renovação de seu contrato de prestação.

3.8. A metodologia aplicada para estabelecer o quantitativo tem como referência o consumo médio dos anos anteriores.

3.9. Benefícios Diretos:

a) Comunicação eficiente:

**Chamadas locais e nacionais:** garante contato rápido entre diferentes unidades da repartição, sem depender exclusivamente da telefonia fixa.

**Mobilidade:** servidores podem se comunicar em deslocamentos ou em atividades externas.

b) Conectividade e acesso à informação:

**Pacotes de dados móveis:** permitem acesso à internet em qualquer lugar, essencial para consulta de sistemas governamentais, bancos de dados e serviços digitais.

**Modems USB e chips 5G:** viabilizam conexão em computadores fora da rede interna, útil em viagens, inspeções, auditorias ou trabalhos de campo.

c) Agilidade nos serviços públicos:

**Atendimento ao cidadão:** servidores podem responder demandas com mais rapidez, mesmo fora do escritório.

**Integração entre órgãos:** comunicação mais ágil entre diferentes repartições e setores.

3.10. Benefícios Indiretos:

a) Melhoria na eficiência administrativa:

**Agilidade nos processos internos:** servidores conseguem acessar sistemas e documentos em tempo real, reduzindo atrasos.

**Menor burocracia:** comunicação mais rápida entre setores diminui retrabalho e tempo de tramitação

b) Impacto positivo no atendimento ao cidadão:

**Respostas mais rápidas:** cidadãos recebem informações e serviços com maior celeridade.

**Ampliação do acesso:** servidores em campo podem registrar demandas diretamente, sem precisar retornar ao escritório.

c) Sustentabilidade e economia indireta:

**Redução de deslocamentos:** menos necessidade de viagens físicas para reuniões ou consultas, diminuindo custos com transporte e tempo de trabalho perdido.

**Menor consumo de papel:** acesso digital a documentos e sistemas reduz impressões.

d) Inclusão digital e modernização:

**O uso de tecnologia móvel** fortalece a cultura digital dentro da administração pública.

3.11. As referências desta contratação estão fundamentadas no Documento de Oficialização de Demanda e no Estudo Técnico Preliminar, apêndices deste Termo de Referência.

#### **4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1. A contratação do serviço de que trata este Termo de Referência deverá ser realizado por intermédio de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, conforme disposto no inciso I, artigo 28, e art. 29 da Lei 14.133/2021, visto tratar-se de contratação de bens e serviços, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, além da legislação aplicável a aquisições na Administração Pública, assim como as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. O tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) não se aplica a este caso.

4.2.1. Considerando que se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, dependentes de uma grande infraestrutura em todo o território nacional para a manutenção da qualidade do serviço, entende a área demandante que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajoso para a Administração e representa prejuízo ao conjunto ou complexo do serviço a ser contratado.



## 5. DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

5.1. A unidade solicitante opta pela adjudicação do serviço **por GRUPO**, a uma só empresa, pelos seguintes motivos:

- a) A obediência ao princípio da racionalidade administrativa e simplificação da gestão de contratos de prestação de serviços no âmbito da SJDF;
- b) O agrupamento dos itens facilita a execução do contrato e o torna menos oneroso.
- c) Não haverá prejuízo à competitividade, pois as empresas do ramo têm condições de fornecer o serviço na sua integralidade.

5.2. O critério de julgamento deverá ser de menor preço, mediante realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, para procedimentos comuns, sob a forma eletrônica, com fulcro no Art. 6º, XXII (define serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital), Art. 28, II (o pregão eletrônico é a modalidade adequada para aquisição de bens e serviços comuns), Art. 29 (autoriza a realização de licitações por meio eletrônico, com uso de recursos tecnológicos), no artigo 71, incisos I e II (estabelece que, após a fase de julgamento e habilitação, e encerrados os recursos, o processo é encaminhado à autoridade competente), artigo 6º, inciso LV (define adjudicação como o ato através do qual a Administração atribui ao licitante vencedor o objeto da licitação) e artigo 17, § 2º (estabelece que a fase de adjudicação e homologação encerra o processo licitatório na modalidade pregão), da Lei n. 14.133/2021.

5.3. **Não** deverão ser aceitas propostas com quantidades inferiores às constantes neste Termo de Referência

## 6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

## 7. EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

7.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em decorrência de o objeto não possuir quantitativo, dimensões e especificações técnicas complexas que exijam a atuação de mais de uma empresa para fornecê-lo, assim como não exigem a junção de esforços de segmentos distintos destinados à sua produção. Trata-se de serviço comumente comercializado por diversas empresas que atuam individualmente no mercado.

## 8. DA SUSTENTABILIDADE

8.1. Por se tratar de contratação de serviço telefônico móvel pessoal - SMP ou serviço telefônico móvel celular - SMC, nas modalidades local e longa distância nacional com pacotes de dados; e fornecimento de modems-USB e chip (SIMCard) para computadores, não havendo oferta de produto por meio físico, observadas as normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o Plano de Sustentabilidade do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (PORTARIA PRESI 340/2021), disponível no sítio: <https://portal.trf1.jus.br>, não vislumbramos exigência que possa ser prevista no edital ou no contrato compatível ao objeto desde termo.

8.2. Participação de cooperativas:

8.2.1. Embora a participação de cooperativas constitua regra geral nas contratações públicas, entende-se que, no caso desta contratação, a sua vedação se mostra tecnicamente justificada.

8.2.2. O objeto envolve a prestação de serviços de telefonia móvel, bem como garantia contínua da qualidade de sua prestação. Tais requisitos demandam vínculo direto com o prestador de serviço, o que não se compatibiliza, em regra, com o modelo de atuação das cooperativas, podendo comprometer a gestão da garantia e a responsabilização por eventuais falhas.

8.2.3. Assim, a restrição tem por finalidade assegurar a adequada execução do serviço e a proteção do interesse público, não configurando restrição indevida à competitividade.

## **9. DA VIGÊNCIA**

9.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 01 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima Quinquenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei 14.133/2021.

## **10. DO LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA E HABILITAÇÃO DOS DISPOSITIVOS**

10.1 Os chips de dados e modems deste Termo de Referência deverão ser entregues no Núcleo de Administração de Serviços Gerias – NUASG, localizado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Lote 7, Bloco D, Edifício SEDE II; contato pelo telefone: 61 3221-6900.

10.2 A Contratada deverá entregar os chips de dados e modems deste Termo de Referência no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

10.3 A Contratada deverá habilitar chips de dados e modems deste Termo de Referência no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

## **11. DO RECEBIMENTO MENSAL**

11.1. A Contratada disponibilizará a fatura mensal para pagamento em seu sítio eletrônico ou encaminhará à Contratante com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes do seu vencimento.

11.2. A Administração realizará consulta ao SICAF para verificar a comprovação da regularidade fiscal, assim como a manutenção das condições de habilitação exigidas em Edital.

11.3. O Recebimento Provisório ocorrerá no ato da obtenção da fatura pela Contratante, que verificará a conformidade do objeto e aferição do direito ao pagamento.

11.4. O objeto contratado será Recebido Definitivamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do encerramento do Contrato.

11.5. O embargo do recebimento provisório do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá como justificativa para qualquer atraso, não acarretando ônus para a Contratante.

11.6. Caso seja embargado o recebimento provisório do objeto e não providenciada a correção da disfunção verificada no prazo estabelecido na notificação de embargo, a contagem do prazo para aplicação de multa de mora iniciar-se-á ao final daquele prazo.

## **12. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

12.1. É de inteira responsabilidade das empresas o preenchimento exato de suas propostas, pois não serão admitidas alegações de omissões, enganos ou erros posteriores à sua apresentação, com a finalidade de alterar os valores ofertados ou de não executar o(s) serviço(s) de que trata este Termo de Referência.

12.2. No preço proposto deverão estar computadas todas as despesas com os tributos, as tarifas, os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, as taxas, o prêmio de seguro e demais despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis ao serviço da contratação.

12.3. As empresas deverão apresentar propostas em que constem, além do quantitativo, o preço unitário e total do(s) item(ens).

12.4. As propostas das empresas interessadas na licitação deverão ser apresentadas em papel timbrado, datadas e assinadas, contendo obrigatoriamente: a) razão social; b) CNPJ; c) endereço; d) e-mail; e) cidade; f) unidade da federação; g) CEP; h) número de telefone/fax; i) especificação do objeto; j) marca e modelo do objeto; k) valores unitário e total do(s) item(ens), se for o caso, e do objeto, em algarismos e por extenso; l) prazo de validade da proposta; m) prazo de entrega; n) prazo de garantia do objeto; o) dados bancários, com os códigos do banco e da agência e o número da conta corrente; p) informação de que no preço proposto estão computadas todas as despesas com os tributos, as tarifas, os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, as taxas, o prêmio de seguro e demais despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis ao objeto da contratação.

12.5. Deverá ser encaminhado documento com as especificações técnicas do serviço, desde que possuam imagens nítidas e descrições técnicas detalhadas do serviço ofertado a fim de viabilizar a verificação de suas características em relação às exigências deste Termo de Referência.

12.6. As LICITANTES deverão apresentar LICENÇA, CERTIFICADO, DECLARAÇÃO, EXTRATO(S) DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO ou documento(s) equivalente(s) na forma da lei, fornecido pela ANATEL, dentro do prazo de validade, atestando que a CONTRATADA está autorizada a prestar serviços objeto deste certame (o extrato da autorização publicado no Diário Oficial da União);

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Permitir o acesso às suas dependências dos técnicos credenciados pela contratada, mediante identificação, para a prestação de serviços relacionados com o serviço contratado, quando necessário.

13.2. Informar à contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações e eventuais alterações.

13.3. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao serviço prestado.

13.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o serviço pactuado.

13.5. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado pelas demais operadoras, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para a Administração.

13.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

13.7. Controlar as ligações realizadas e documentar a ocorrência de problemas.

13.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pela contratada, inclusive quanto à não interrupção dos serviços prestados.

13.9. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas.

13.10. Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções.

13.11. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.12. Designar servidor(es) do seu quadro de pessoal ou seu(s) respectivo(s) substituto(s) para receber(em) o objeto contratado e conferir suas especificações com as constantes deste Termo de Referência e da proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.13. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato.

13.14. Rejeitar, no todo ou em parte, embargando o recebimento provisório ou definitivo do serviço, estipulando o prazo para a correção, apontando as razões da sua desconformidade quanto a defeitos no material ou discordância com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

13.15. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

13.16. Demais condições constantes do edital de licitação.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Além das responsabilidades e obrigações estabelecidas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e no contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados à contratante, a contratada sujeitar-se-á ainda às seguintes obrigações:

14.1.1. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços, sem que isso exclua ou reduza a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;

14.1.2. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus técnicos durante a vigência do contrato relativo aos serviços objeto deste Termo de Referência;

14.1.3. Cumprir as disposições legais vigentes de âmbito federal, estadual ou distrital e municipal e todas as determinações estabelecidas em regulamentações da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;

14.1.4. Prestar os serviços em conformidade com os parâmetros e rotinas estabelecidos pela ANATEL e aceitos pela boa técnica e pela legislação em vigor;

14.1.5. Informar ao executor do contrato, com antecedência, a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços;

14.1.6. Possibilitar à contratante, na condição de assinante-viajante, receber a prestação do serviço móvel pessoal em redes prestadoras do serviço, sujeitando-se, nessa hipótese, às condições de tarifas e preços daquelas, assim como às condições técnicas e operacionais por elas estabelecidas, de acordo com a regulamentação vigente, responsabilizando-se, desde logo, por todas as despesas decorrentes do uso do sistema telefônico móvel pessoal em roaming, que serão incluídas na conta de serviços;

14.1.7. Fornecer a conta/fatura detalhada, como também o demonstrativo de utilização do serviço, por linha;

14.1.8. Indicar à contratante um preposto para manter entendimentos, receber e transmitir comunicações junto ao executor do contrato, sem impedimento de que este mantenha contatos diretos com a gerência operacional/diretoria da contratada;

14.1.9 Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, sanando as falhas que porventura venham a ocorrer e corrigindo qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;

14.1.10. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a oferecer uma operação correta e eficaz;

14.1.11. Responder às reclamações ou solicitações de serviços da contratante, bem como atender a quaisquer exigências inerentes à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

14.1.12. Prestar os serviços de forma contínua, mantendo-os sempre com padrão de qualidade elevado;

14.1.13. Fornecer ou disponibilizar mensalmente o demonstrativo de utilização do serviço por linha móvel pessoal contendo o detalhamento das ligações e as faturas.

14.1.14. Comunicar à contratante, por escrito, qualquer anormalidade durante a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários;

14.1.15. Manter seus técnicos, quando nas dependências da contratante, sujeitos às normas de disciplina e segurança internas desta;

14.1.16. Manter a rede, caso haja defeito técnico ou má qualidade de transmissão, conforme os prazos estabelecidos pela ANATEL;

14.1.17. Garantir a portabilidade dos números das linhas atualmente habilitadas, a fim de que os números utilizados pela contratante não sejam alterados.

14.1.18. Garantir acessibilidade total a todas as linhas habilitadas para originar e receber ligações dentro do serviço de longa distância (VC2 e VC3), conforme normas definidas pela ANATEL, bem como possuir condições técnicas e administrativas para realização dos serviços em questão.

14.2. Obedecer às especificações dos serviços, constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada e do ato convocatório, se houver, cumprindo o prazo estabelecido.

14.3. Responsabilizar-se pelo transporte dos chips de dados e modems até as dependências da contratante, como também pelas despesas ao transporte inerentes.

14.4. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade do serviço contratado.

14.5. Providenciar a imediata correção nos serviços contratados, no todo ou em parte, quando a Contratante verificar irregularidades quanto à prestação dos serviços.

14.6. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

14.7. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento), por dia útil, calculado sobre o valor total contratado, a título de mora, nos casos de descumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência. A multa é limitada a 20 (vinte) dias úteis, independentemente de notificação.

15.1.1. Findo o prazo de 20 (vinte) dias úteis e não cumprida a obrigação pelo(a) fornecedor(a), a SJDF poderá declarar a inexecução total ou parcial da obrigação e aplicar as penalidades cabíveis à situação configurada.

15.2. No caso de inexecução total, a Administração aplicará a multa de 10 % (dez por cento) e, de inexecução parcial, aplicará multa de 5% (cinco por cento), ambas sobre o valor total contratado.

15.3. Caso a contratada não possa cumprir o(s) prazos estipulado(s) neste documento, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento deste(s), ficando a critério da contratante a sua aceitação.

15.3.1. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada e protocolizada na Secretaria Administrativa - SECAD.

## **16. DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

16.1. A quantidade anual estimada (perfil de tráfego anual) constante deste Termo de Referência servirá tão somente como subsídio às empresas interessadas na formulação das respectivas propostas, não constituindo qualquer obrigação futura para consumo mínimo por parte da SJDF.

16.2. Nos preços ajustados deverão estar incluídos todos os encargos da empresa contratada para o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive impostos e taxas e custos com ativação de rede inteligente.

16.3. Havendo necessidade de utilização de qualquer outro tipo de serviço não compreendido neste Termo de Referência, ele deverá ser expressamente autorizado pela SJDF, e serão considerados, para fins de pagamento, os preços das tarifas normais, constantes do Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços da operadora, aprovado na ANATEL.

16.4. Será declarada vencedora da licitação a empresa cuja proposta corresponder ao menor valor global dos serviços constantes da planilha de formação de preços deste Termo de Referência.

## 17. DAS ESPECIFICAÇÕES

## 17.1. GRUPO 1:

| ITEM | TIPO DE SERVIÇO   | UN. | QUANT. TOTAL | VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL GLOBAL 12 (DOZE) MESES (R\$) |
|------|---|-----|--------------|-----------------------------|--------------------------|--|
| 1    | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de SIMCARDS ou ESIM 4G(no mínimo)), com as seguintes características e funcionalidades: 1) Efetuar e receber ligações ilimitadas de voz móvel – móvel e móvel – fixo (VC1. VC2 e VC3) para quaisquer operadoras do Brasil (Usando o código de longa distância da operadora contratada);<br>2) Roaming nacional gratuito;<br>3) Uso SMS para quaisquer operadoras no Brasil ILIMITADA;<br>4) Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet, com redução da velocidade, caso atingido o limite da franquia;<br>5) Whatsapp ilimitado sem descontar da franquia para uso de mensagens, ligações, fotos e vídeos; e outros serviços que estejam neste Termo de Referência.   | UN. | 135          | 53,83                       | 7.267,05                 | 87.204,60                                |
| 2    | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de modems-USB do tipo 4G acompanhados de SIMCARDS ou ESIM com pacote de dados, com as seguintes características e funcionalidades: 1) Efetuar e receber ligações ilimitadas de voz móvel – móvel e móvel – fixo (VC1. VC2 e VC3) para quaisquer operadoras do Brasil (Usando o código de longa distância da operadora contratada);<br>2) Roaming nacional gratuito;<br>3) Uso SMS para quaisquer operadoras no Brasil ILIMITADA;<br>4) Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet, com redução da velocidade, caso atingido o limite da franquia;<br>5) Whatsapp ilimitado sem descontar da franquia para uso de mensagens, ligações, fotos e vídeos; e outros serviços que estejam neste Termo de Referência;<br><b>Fornecimento de modem em comodato, conforme especificações contidas no índice 2.2 deste Termo de Referência.</b> | UN. | 7            | 15,64                       | 109,48                   | 1.313,76                                 |



17.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código Siasg) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas. Para fins de cotação, (formação de preços) e entrega do material deverá ser obedecida a descrição completa do bem, sendo a descrição do SIASG (código BR) meramente referencial.

## 8. DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 88.518,36, conforme os custos unitários constantes da documentação anexa, devidamente analisados e justificados na Informação Conclusiva de Valor – documento nº 24828230, tendo em vista que esse é o marco para eventuais pedidos de reajustamento de preços.

### GRUPO 1:

| ITENS   | MATERIAL                   |     |  | UND. | QTDE. TOTAL | VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL GLOBAL 12 (DOZE) MESES (R\$) |
|---|----------------------------|-----|--|------|-------------|-----------------------------|--------------------------|--|
|   | SICAM/SIASG                | PDM | DESCRIÇÃO  |      |             |                             |                          |  |
| 1   | 40.14.001.001<br>000026328 |     | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de SIMCARDS ou ESIM 4G(no mínimo) ou 5G (sempre que disponível para localidade), com Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet.       | UN.  | 135         | 53,83                       | 7.267,05                 | 87.204,60                                |
| 2   | 40.14.001.002<br>000026328 |     | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de modems-USB do tipo 4G acompanhados de SIMCARDS ou ESIM com pacote de dados com Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet. Incluso. | UN.  | 7           | 15,64                       | 109,48                   | 1.313,76                                 |
| VALOR GLOBAL MENSAL PARA 142 LINHAS             |                            |     |  |      |             | R\$ 7.376,53                |                          |  |
| VALOR GLOBAL DE 12 (DOZE) MESES PARA 142 LINHAS |                            |     |  |      |             | R\$ 88.518,36               |                          |  |

**ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026****MODELO DE PROPOSTA**

|                      |             |             |
|----------------------|-------------|-------------|
| <b>Razão Social:</b> |             |             |
| <b>CNPJ:</b>         |             |             |
| <b>Endereço:</b>     |             |             |
| <b>Cidade:</b>       | <b>UF:</b>  | <b>CEP:</b> |
| <b>Fone:</b>         | <b>Fax:</b> |             |

| GRUPO 1                        |  |     |      |                             |                          |  |
|--------------------------------|--|-----|------|-----------------------------|--------------------------|--|
| ITENS                          | DESCRIÇÃO  | und | QTDE | VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL GLOBAL 12 (DOZE) MESES (R\$) |
| 1                              | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de SIMCARDS ou ESIM 4G(no mínimo) ou 5G (sempre que disponível para localidade), com Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet.       | UN. | 135  |                             |                          |  |
| 2                              | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de modems-USB do tipo 4G acompanhados de SIMCARDS ou ESIM com pacote de dados com Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet. Incluso. | UN. | 7    |                             |                          |  |
| VALOR GLOBAL MENSAL 142 LINHAS |  |     |      |                             |                          |  |
| VALOR GLOBAL ANUAL             |  |     |      |                             |                          |  |

|                                       |                        |                        |
|---------------------------------------|------------------------|------------------------|
| <b>PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:</b> |                        |                        |
| <b>GARANTIA:</b>                      |                        |                        |
| <b>BANCO (COD.):</b>                  | <b>AGÊNCIA (CÓD.):</b> | <b>CONTA-CORRENTE:</b> |
| <b>PRAZO DE ENTREGA:</b>              |                        |                        |

**Declaramos:**

**1 - estar de acordo com todos os termos e condições do Edital referente ao Pregão Eletrônico 90011/2026.**

**2 - que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros que se fizerem necessários (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários.**

**3 - sob as penas da Lei, que esta empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;**

**4 - que no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.**

Brasília, de                      de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa

**ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026****CONTRATO SJDF N. ----/2026**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA ---  
-----

Na data de assinatura eletrônica deste Instrumento, de um lado a UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.456.457/0001-29, com sede no SAS - Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bl. G, lote 5-B, Brasília-DF, neste ato representada pelo Juiz Federal -----Diretor do Foro, denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa -----.. inscrita no CNPJ/MF nº -----, estabelecida na -----, CEP -----, -----, telefone: (--) -----, neste ato representada por -----da, RG nº -----, expedida pela -----, e CPF nº -----, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do Processo Eletrônico nº 0001342-14.2026.4.01.8005, do Pregão Eletrônico nº -----, ficando as partes sujeitas às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO**

Prestação de serviço telefônico móvel pessoal – SMP ou serviço telefônico móvel celular – SMC, nas modalidades local e longa distância nacional com pacotes de dados; e fornecimento de modems – USB e chip (SIMCard) para computadores, visando o atendimento da demanda da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A descrição, o quantitativo, valor unitário e valor total encontram-se detalhados nos Anexos a este Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – São anexos a este Instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1 – O Termo de Referência que embasou a contratação nº 005/2026 – NUASG e seus anexos;

- 2 – Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus anexos;
- 3 – A proposta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- 1 – Designar servidores do seu quadro de pessoal ou seu respectivo substituto para receber o objeto e conferir suas especificações com as constantes deste contrato e da proposta da CONTRATADA, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 2 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, relacionados com o objeto pactuado.
- 3 – Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.
- 4 - Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto contratado.
- 5 – Observar para que durante a vigência deste contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6 – Permitir o acesso às suas dependências dos técnicos credenciados pela CONTRATADA, mediante identificação, para a prestação de serviços relacionados com o objeto contratado, quando necessário.
- 7 – Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações e eventuais alterações.

8 – Rejeitar, no todo ou em parte, embargando o recebimento provisório ou definitivo do objeto, estipulando o prazo para a correção, apontando as razões da sua desconformidade quanto a defeitos no material/serviço ou discordância com as especificações contidas neste contrato, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

9 – Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

10 – Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado pelas demais operadoras, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para a Administração.

11 – Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas.

12 – Controlar as ligações realizadas e documentar a ocorrência de problemas.

13 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção dos serviços prestados.

14 – Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções.

15 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma de pagamento estipulada neste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A CONTRATANTE deverá manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes das obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das responsabilidades e obrigações estabelecidas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e no Contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados à CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á ainda às seguintes obrigações:

- 1 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços, sem que isso exclua ou reduza a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 2 – Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus técnicos durante a vigência do Contrato relativo aos serviços contratados.
- 3 – Cumprir as disposições legais vigentes de âmbito federal, estadual ou distrital e municipal e todas as determinações estabelecidas em regulamentações da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados.
- 4 – Prestar os serviços em conformidade com os parâmetros e rotinas estabelecidos pela ANATEL e aceitos pela boa técnica e pela legislação em vigor.
- 5 – Informar à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com antecedência, a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços.
- 6 – Possibilitar à CONTRATANTE, na condição de assinante-viajante, receber a prestação do serviço móvel pessoal em redes prestadoras do serviço, sujeitando-se, nessa hipótese, às condições de tarifas e preços daquelas, assim como às condições técnicas e operacionais por elas estabelecidas, de acordo com a regulamentação vigente, responsabilizando-se, desde logo, por todas as despesas decorrentes do uso do sistema telefônico móvel pessoal em roaming, que serão incluídas na conta de serviços.
- 7 – Fornecer a conta/fatura detalhada, como também o demonstrativo de utilização do serviço, por linha.

8 – Indicar à CONTRATANTE um preposto para manter entendimentos, receber e transmitir comunicações junto à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, sem impedimento de que este mantenha contatos diretos com a gerência operacional/diretoria da CONTRATADA.

9 – Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, sanando as falhas que porventura venham a ocorrer e corrigindo qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

10 – Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a oferecer uma operação correta e eficaz.

11 – Responder às reclamações ou solicitações de serviços da CONTRATANTE, bem como atender a quaisquer exigências inerentes à prestação dos serviços objeto deste Contrato.

12 – Prestar os serviços de forma contínua, mantendo-os sempre com padrão de qualidade elevado.

13 – Fornecer ou disponibilizar mensalmente o demonstrativo de utilização do serviço por linha móvel pessoal, contendo o detalhamento das ligações e as faturas.

14 – Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade durante a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários.

15 – Manter seus técnicos, quando nas dependências da CONTRATANTE, sujeitos às normas de disciplina e segurança internas desta.

16 – Manter a rede, caso haja defeito técnico ou má qualidade de transmissão, conforme os prazos estabelecidos pela ANATEL.

17 – Garantir a portabilidade dos números das linhas atualmente habilitadas, a fim de que os números utilizados pela CONTRATANTE não sejam alterados.



18 – Garantir acessibilidade total a todas as linhas habilitadas para originar e receber ligações dentro do serviço de longa distância (VC2 e VC3), conforme normas definidas pela ANATEL, bem como possuir condições técnicas e administrativas para realização dos serviços em questão.

19 – Obedecer às especificações do objeto, constantes deste Contrato, da proposta apresentada e do ato convocatório, cumprindo o prazo estabelecido.

20 – Responsabilizar-se pelo transporte dos chips de dados e modems até as dependências da CONTRATANTE, como também pelas despesas a ele inerentes.

21 – Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade do serviço contratado.

22 – Providenciar a imediata correção nos serviços contratados, no todo ou em parte, quando a CONTRATANTE verificar irregularidades quanto à prestação dos serviços.

23 – Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a CONTRATANTE por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, a CONTRATANTE em caso de alteração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, devendo comunicar à CONTRATANTE imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA deverá abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº

13.709, de 14/08/2018, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento deste Contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA deverá observar o Código de Conduta, instituído pela Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, bem como a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, instituída pela Resolução nº 351/2020 – CNJ.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Em observância ao art. 10 da Resolução CNJ nº 401/2021 e ao art. 93 da Lei nº 8.213/1991, caso a CONTRATADA tenha 100 (cem) ou mais empregados, deverá adotar políticas de empregabilidade voltadas a pessoas com deficiência ou reabilitadas, observando o percentual mínimo exigido conforme o número de empregados:

- até 200 empregados .....2%
- de 201 a 500 .....3%
- de 501 a 1.000.....4%
- acima de 1.000.....5%

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

São ainda obrigações da CONTRATADA:

1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação de serviços objeto deste Contrato, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

2 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

3 - assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

4 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços;

5 - assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE ENTREGA E HABILITAÇÃO DOS DISPOSITIVOS**

Os dispositivos (chips de dados e modems) deverão ser entregues no Núcleo de Administração de Serviço Gerais – NUASG, localizado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Lote 7, Bloco D, Edifício Sede II, telefone (61) 3221-6900.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá entregar os dispositivos (chips de dados e modems) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá habilitar os dispositivos (chips de dados e modems) no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente Contrato terá vigência de 1 (um) ano, a partir da sua assinatura eletrônica, observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 – Código Civil Brasileiro, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições iniciais e os preços continuem vantajosos para a Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de prorrogação da vigência contratual, será consultada a situação da CONTRATADA no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN, nos termos do inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522, de 19/07/2002.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de aditivos contratuais, nos termos previstos no art. 6º-A da Lei nº 10.522, de 19/07/2002.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caso haja o registro impeditivo no CADIN, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, regularizar a documentação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de 1º Grau, no programa de trabalho resumido – PTRES: \_\_\_\_\_, elemento de despesa \_\_\_\_\_, e nos exercício seguintes à dotação que atender à despesas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026 foi emitida a nota de empenho nº \_\_\_\_\_, do tipo \_\_\_\_\_, no valor de R\$ (\_\_\_\_\_).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O reforço de empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada, será indicado por meio de Termo de Apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA — DO PREÇO**

O valor global do Contrato é de R\$ ----- (-----), conforme Anexo II a este Contrato.

**CLÁUSULA NONA — DO REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado ou do último reajuste, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da CONTRATADA, utilizando-se, para o reajuste, o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), observando-se o teto máximo de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em decorrência da Emenda Constitucional nº 95/2016.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado aquele que o substituir ou que vier a ser determinado pela legislação em vigor. Na falta de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajustamento contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA— DA EXECUÇÃO**

A Execução do Contrato reger-se-á pelo Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VI - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 14.133/2021

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — A CONTRATANTE designará um fiscal do Contrato ou mais (Comissão) para receber o objeto decorrente da presente contratação e fiscalizar a execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar sua extinção com as consequências contratuais previstas em lei, conforme disposto no Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 14.133/2021

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO**

O objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

1 – **Provisoriamente**, no ato da disponibilização em sítio eletrônico ou encaminhamento, por parte da CONTRATADA, da Nota Fiscal/fatura com código de barras, para verificação da conformidade do objeto e aferição do direito ao pagamento.

1.1 - A CONTRATADA disponibilizará ou encaminhará o documento para pagamento com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes do seu vencimento.

2 – **Definitivamente**, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do encerramento do Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O embargo do recebimento provisório do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá como justificativa para qualquer atraso, não acarretando ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso seja embargado na forma do Parágrafo anterior e não providenciada a correção da disfunção verificada, no prazo estabelecido na notificação de embargo, a contagem do prazo para aplicação de multa de mora iniciar-se-á ao final daquele prazo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA— DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta corrente da CONTRATADA ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de fatura com código de barras.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento dar-se-á no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para a comprovação da regularidade fiscal e das condições de habilitação, a CONTRATANTE realizará consulta ao Relatório SIASG/SICAF, que será acostado aos autos do processo de pagamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Deverá ser apresentado, juntamente com o primeiro documento fiscal encaminhado à CONTRATANTE para pagamento, documento comprobatório de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, na forma prevista e regulamentada.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação e qualquer ônus porventura decorrente dessa antecipação constituirá encargo da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Havendo erro na nota fiscal, inconsistência dos documentos apresentados ou a ocorrência de problemas de responsabilidade da CONTRATADA, que impeçam a liquidação da despesa, será comunicada a irregularidade à empresa, ficando o pagamento pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento será contado após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Havendo atraso no prazo estipulado no *caput* desta Cláusula, desde que motivado pela CONTRATANTE, o valor devido será corrigido monetariamente, com base no último percentual divulgado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pelo período compreendido entre a data do vencimento do prazo de pagamento e da sua efetivação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Para a correção do valor devido, conforme Parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente à CONTRATANTE, juntamente com a memória de cálculo e o documento de cobrança.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A aplicação de penalidades à CONTRATADA reger-se-á conforme o estabelecido no **Título IV – Capítulo I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei nº 14.133/2021.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Serão aplicadas à CONTRATADA, responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:

1 – advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º da Lei nº 14.133/2021.

1.1 – considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à Administração.

2 – multa.

3 – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As sanções previstas nos itens 1, 3 e 4 do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a sanção do item 2 do mesmo Parágrafo, conforme §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento), à título de multa de mora, por dia útil, calculado sobre o valor total contratado, nos casos de descumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato. A multa é limitada a 20 (vinte) dias úteis, independente de notificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Findo o prazo de 20 (vinte) dias úteis e não cumprida a obrigação pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total ou parcial da obrigação e aplicar as penalidades cabíveis à situação configurada.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A inobservância do disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira, com relação à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, durante toda a execução do contrato, acarretará a aplicação de multa de 1,00% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 02 (duas) ocorrências.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A existência de 03 (três) ou mais ocorrências descritas no Parágrafo anterior autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento da obrigação, nos termos dos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no edital.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Aplicar-se-á multa compensatória:

1 – De 5% sobre o valor total contratado, no caso de inexecução parcial do objeto;

2 – De 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, o que ensejará a extinção unilateral do contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021

**PARÁGRAFO NONO** — Entende-se como inexecução parcial a **não** entrega de **parte** do serviço/material até a data-limite para sanar a pendência e como inexecução total, a **não** entrega da **totalidade** do serviço/material até a data-limite para sanar a pendência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Caso a CONTRATADA não consiga cumprir os prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** — A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada à CONTRATANTE até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – O pedido de prorrogação intempestivo ou não justificado na forma disposta no Contrato será prontamente indeferido, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** — As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos à conta específica da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal (GRU), ou ainda, cobrados judicialmente, nesta ordem.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Caso a CONTRATADA não tenha valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a notificação oficial, para o recolhimento da multa por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** — Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua notificação, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Quaisquer alterações no presente Contrato reger-se-ão pelos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021 e poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes ou mediante simples apostilamento, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

A execução dos serviços deverá ser desenvolvida em conformidade com as normas técnicas vigentes e com esta orientação, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As impropriedades apontadas pela CONTRATANTE e pelo órgão de aprovação, fiscalização e controle serão corrigidas pela CONTRATADA sem custo adicional para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a CONTRATANTE antes da execução dos serviços correspondentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos à CONTRATADA, referentes ao presente Contrato, será feita por meio do e-mail informado formalmente na proposta apresentada pela empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e manutenção de e-mail, telefone e endereço atualizado.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Em caso de inobservância do previsto no caput desta Cláusula ou em caso de frustradas as tentativas de comunicação com a CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da CONTRATADA, via postal, via motoboy, para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

**PARÁGRAFO SEXTO** – As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste Instrumento de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011 - CJP, que institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

**PARÁGRAFO OITAVO** – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020 – CNJ, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

A CONTRATANTE reserva-se o direito de extinguir o presente contrato, por meio de Termo de Rescisão, antes do prazo nele fixado, no caso de ocorrer algum dos motivos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para a extinção prevista nesta Cláusula, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA— DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Dos atos da CONTRATANTE caberão os recursos e pedidos de reconsideração previstos nos arts. 165 a 167 da Lei nº 14.133/2021

**PARÁGRAFO ÚNICO** — Os recursos intempestivos não serão levados em consideração.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DA PUBLICAÇÃO**

O presente Contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA— DO FORO**

Para dirimir questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro do Distrito Federal.

**KELLY CRISTINA AGUIAR SANTOS COSTA**  
Diretora da Secretaria Administrativa  
CONTRATANTE

-----  
Representante Legal  
CONTRATADA

**ANEXO I AO CONTRATO SJ/DF N. -----/2026****DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

1. ITEM 1 - Habilitação de 135 (cento e trinta e cinco) linhas telefônicas móveis, sendo 72 linhas para servidores e 63 linhas para magistrados, a serem utilizados conforme interesse da Administração, com fornecimento de chip (SIMCard) sendo:

1.1. A prestação de serviços de dados - padrão 4G ou superior, com alcance nacional - deverá ter franquia mínima de 40Gb.

1.2. O serviço abrange o fornecimento de 135 (cento e trinta e cinco) linhas de dados de rede móvel 4G ou superior, para acesso à internet, com a possibilidade de ativação e uso de roaming internacional.

1.3. Os acessos de dados deverão ser habilitados com pacotes de serviços de dados 4G ou superior, com configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet velocidade de, no mínimo, (cinco) Mbps, sendo que os chips de dados deverão ser configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet.

1.4. A velocidade mínima citada no item anterior deverá estar de acordo com os padrões definidos pela ANATEL.

1.5. Somente poderá haver redução na velocidade contratada, dentro dos limites legais, caso o total de dados trafegados no mês de referência por linha de dados, ultrapasse 40 GB (quarenta gigabytes).

1.6. A redução na velocidade de acesso à internet somente poderá ser aplicada nas linhas que excederem o limite indicado anteriormente.

1.7. A velocidade de acesso à internet deverá ser restabelecida automaticamente para o valor contratado no primeiro dia do próximo ciclo de faturamento.

1.8. Os chips de dados deverão ser fornecidos com adaptadores que permitam a conversão livre entre os formatos "SIM Card Padrão", ""Micro-SIM Card"" e ""Nano-SIM Card", sem necessidade de intervenção da CONTRATADA.

1.9. Os chips deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

1.9.1 Permitir tráfego de dados;

- 1.9.2. Deverão ser homologados pela ANATEL;
- 1.10. A cobertura da rede de dados, 4G ou superior, deverá acontecer de acordo com o cronograma de implantação, estabelecido pela Anatel;
- 1.11. Nas localidades que não possuem cobertura da rede 4G ou superior, o acesso deverá ser fornecido por meio da rede 3G;
- 1.12. Trata-se da habilitação de 135 (cento e trinta e cinco) linhas telefônicas móveis, com fornecimento de chip (SIMCard), **não devendo ser incluídos os aparelhos telefônicos celulares.**
2. ITEM 2 - Fornecimento e habilitação de 7 (sete) modems-USB do tipo 4G com fornecimento de SIMCard com pacote de dados –, com acesso à internet.
- 2.1. A prestação de serviços de dados - padrão 4G com alcance nacional - deverá ter franquia mínima de 40Gb.
- 2.2. O serviço abrange o fornecimento de 7 (sete) linhas de dados de rede móvel 4G ou superior, para acesso à internet, com a possibilidade de ativação e uso de roaming internacional.
- 2.3. Os acessos de dados deverão ser habilitados com pacotes de serviços de dados 4G ou superior, com configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet velocidade de, no mínimo, (cinco) Mbps, sendo que os Modems e os chips de dados deverão ser configurados para oferecer conexão ininterrupta à Internet.
- 2.4. A velocidade mínima citada no item anterior deverá estar de acordo com os padrões definidos pela ANATEL.
- 2.5. Somente poderá haver redução na velocidade contratada, dentro dos limites legais, caso o total de dados trafegados no mês de referência por linha de dados, ultrapasse 40 GB (quarenta gigabytes).
- 2.6. A redução na velocidade de acesso à internet somente poderá ser aplicada nas linhas que excederem o limite indicado anteriormente.
- 2.7. A velocidade de acesso à internet deverá ser restabelecida automaticamente para o valor contratado no primeiro dia do próximo ciclo de faturamento.

2.8. Para a prestação dos serviços de comunicação de dados via Rede Móvel Digital deverá ser fornecido um modem de dados USB para cada linha de dados, que serão instalados em computadores portáteis ou outros equipamentos fornecidos, e correspondentes quantidades de chips de dados.

2.9. Os chips de dados deverão ser fornecidos com adaptadores que permitam a conversão livre entre os formatos "SIM Card Padrão", ""Micro-SIM Card"" e ""Nano-SIM Card", sem necessidade de intervenção da CONTRATADA.

2.10. Os modems deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

2.10.1. Permitir tráfego de dados;

2.10.2. Antena embutida;

2.10.3. Deverão ser fornecidos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos modems, incluindo software de instalação e manual do usuário;

2.10.4. Deverão ser homologados pela ANATEL;

2.10.5. Compatibilidade com sistemas operacionais Windows, Linux e MacOS;

2.11. A cobertura da rede de dados, 4G ou superior, deverá acontecer de acordo com o cronograma de implantação, estabelecido pela Anatel;

2.12. Nas localidades que não possuírem cobertura da rede 4G ou superior, o acesso deverá ser fornecido por meio da rede 3G;

2.13. Trata-se da habilitação de 7 linhas telefônicas móveis, com fornecimento de chip (SIMCard), incluindo modem em comodato, **não devendo ser incluídos os aparelhos telefônicos celulares;**

2.14. **Os dispositivos de comunicação de dados do tipo modems do tipo 4G deverão ser fornecidos em regime de comodato durante a vigência do contrato.**

### 3. DAS DEFINIÇÕES

3.1. VC1 móvel-fixo: para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.

3.2. VC1 móvel-móvel: para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas entre assinantes do serviço de telefonia móvel.



3.3. VC2 móvel-fixo: para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.

3.4. VC2 móvel-móvel: para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas entre assinantes do serviço de telefonia móvel.

3.5. VC3 móvel-fixo: para chamadas terminadas fora da área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.

3.6. VC3 móvel-móvel: para chamadas terminadas fora da área de mobilidade do assinante. Chamadas entre assinantes do serviço de telefonia móvel.

3.7. Assinatura por linha: valor fixo mensal mínimo devido pelos usuários por ter ao seu dispor o Serviço Móvel Pessoal, no qual estará incluída a utilização em ligações, SMS e MMS, tarifando os valores excedentes.

3.8. Móvel-Fixo em Roaming = Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de chamada fora de sua Área de Mobilidade, destinada a código de acesso do STFC, associado à área geográfica interna à Área de Registro de origem da chamada.

3.9. Móvel-Móvel em Roaming = Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de chamada fora de sua Área de Mobilidade, destinada a usuário do SMP ou SME, que habilitou sua estação móvel na Área de Registro de origem da chamada.

3.10. SMS = Valor fixo cobrado quanto ao envio de mensagem de texto destinado a usuário do SMP.

3.11. Transmissão de Dados (em megabyte - Mb). Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pelo tráfego de dados que permitem a conexão à internet.

3.12. Gestão de controle sobre linhas: sistema que permita ao usuário definir critérios e/ou bloquear ligações originadas das linhas celulares pessoais para longa distância.

## ANEXO II AO CONTRATO SJ/DF N. ----/2026

## PLANILHA DE CUSTOS

| ITENS  | MATERIAL   | UND. | QTDE.<br>TOTAL | VALOR<br>UNITÁRIO<br>MENSAL<br>(R\$) | VALOR<br>TOTAL<br>MENSAL<br>(R\$) | VALOR<br>TOTAL<br>GLOBAL<br>12 (DOZE)<br>MESES<br>(R\$) |
|--|--|------|----------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---|
| 1  | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de SIMCARDS ou ESIM 4G(no mínimo) ou 5G (sempre que disponível para localidade), com Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet.       | UN.  | 135            |                                      |                                   |   |
| 2  | Plano (Pacote de Serviços) com fornecimento de modems-USB do tipo 4G acompanhados de SIMCARDS ou ESIM com pacote de dados com Pacote de dados ilimitado com no mínimo 40GB de Internet. Incluso. | UN.  | 7              |                                      |                                   |   |
| <b>VALOR GLOBAL MENSAL PARA 142 LINHAS</b>             |  |      |                | <b>R\$</b>                           |                                   |   |
| <b>VALOR GLOBAL DE 12 (DOZE) MESES PARA 142 LINHAS</b> |  |      |                | <b>R\$</b>                           |                                   |   |

## 1. OBSERVAÇÕES

1.1. A quantidade anual estimada (perfil de tráfego anual) constante deste Contrato servirá tão somente como subsídio às empresas interessadas na formulação das respectivas propostas, não constituindo qualquer obrigação futura para consumo mínimo por parte da CONTRATANTE.

1.2. Nos preços ajustados deverão estar incluídos todos os encargos da CONTRATADA para o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive impostos e taxas e custos com ativação de rede inteligente.

1.3. Havendo necessidade de utilização de qualquer outro tipo de serviço não compreendido neste Contrato, ele deverá ser expressamente autorizado pela CONTRATANTE, e serão considerados, para fins de pagamento, os preços das tarifas normais, constantes do Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços da operadora, aprovado na ANATEL.